

Celso Daniel Mandlate



Serviço Distrital de Educação Juventude e
Tecnologia (SDEJT) de Mandlakazi /
Moçambique
celsodanielmandlate@gmail.com

Laurentino Américo Nhacuongue



Universidade Save-Gaza / Moçambique
tinonovela@gmail.com

Submetido em: 04/08/2023

Aceito em: 18/08/2023

Publicado em: 05/09/2023



[10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15929](https://doi.org/10.28998/2175-6600.2023v15n37pe15929)



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

ENSINO SECUNDÁRIO EM MOÇAMBIQUE: IMPACTO DOS CURRÍCULOS OPERACIONAL E OCULTO NA QUALIDADE DE ENSINO

RESUMO

Neste artigo, buscou-se compreender fatores que comprometem a qualidade de ensino no Sistema Nacional de Educação de Moçambique, especificamente do Ensino Secundário, a partir de revisão documental das políticas educativas e descrição de contextos reais.

Palavras-chave: Ensino secundário. Currículo. Qualidade de ensino.

HIGH SCHOOL IN MOZAMBIQUE: IMPACT OF THE OPERATIONAL AND HIDDEN CURRICULUM ON THE QUALITY OF TEACHING

ABSTRACT

This paper seeks to understand and discuss factors that compromise the quality of education in the National Education System of Mozambique, specifically high school education, based on a documentary review of educational policies and description of real contexts.

Keywords: High school education. Curriculum. Quality education.

EDUCACIÓN SECUNDARIA EN MOZAMBIQUE: IMPACTO DEL CURRÍCULUM OPERACIONAL Y OCULTO EN LA CALIDAD DE LA EDUCACIÓN

RESUMEN

Este artículo busca comprender los factores que comprometen la calidad en el Sistema Nacional de Educación de Mozambique, específicamente la Educación Secundaria, a partir de una revisión documental de las políticas educativas y descripción de contextos reales.

Palabras Clave: Enseñanza secundaria. Plan de estudios. Calidad de enseñanza.

1 INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a educação para todos os cidadãos constitui uma prioridade do Sistema Nacional de Educação (SNE). Além disso, a educação escolar constitui um direito de todos os moçambicanos, e os serviços básicos são proporcionados pelo Estado, com vista à promoção e ao aumento de níveis de desenvolvimento do capital humano e social. Segundo o *Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024*, a educação é um instrumento para afirmação e integração do indivíduo na vida social, econômica e política, indispensável para o desenvolvimento do país e para o combate à pobreza (MOÇAMBIQUE, 2020b), que tem assolado os países africanos em vias de desenvolvimento.

Não obstante, para a viabilização dos desígnios mencionados no documento que citamos, sobretudo no Ensino Secundário (ES) em Moçambique, é fundamental que o governo, a partir das políticas apropriadas, melhore o padrão atual da educação, expandindo o seu acesso e garantindo a qualidade dos serviços prestados às crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas. Nota-se no documento PQG que, durante cinco anos, o governo propõe-se a assegurar o acesso equitativo e inclusivo da educação até ao final do ES, priorizando o 1º ciclo, como parte da escolaridade obrigatória (MOÇAMBIQUE, 2020b).

Um outro documento que perfaz as políticas educativas do SNE é o *Plano Estratégico de Educação (PEE) 2020-2029*, que estabelece: “o setor da Educação e a Agenda 2025 têm como enfoques a massificação da educação básica” (MOÇAMBIQUE, 2020a, p. 35). Com certeza, o acesso implica também o alargamento da rede nacional do Ensino Secundário em Moçambique. Relativamente à promoção e aumento do índice de qualidade da educação, durante o processo de alargamento do ES, é fundamental observar elementos tais como, currículos operacional e oculto. Esses elementos constituem fatores determinantes para a viabilização do processo de ensino e aprendizagem (PEA). Os componentes currículo operacional e oculto constituem dados determinantes do acesso e de qualidade de ensino.

Para o sistema moçambicano de educação, embora projete a expansão da rede escolar e a garantia do ensino equitativo até 9ª classe, para todos os moçambicanos abrangidos pela rede escolar, a situação ainda é desafiadora. No sistema do Ensino Secundário moçambicano, prevalecem algumas questões voltadas à necessidade de adequação dos currículos, condições da atuação docente e redução da taxa de insucesso escolar (MANDLATE, 2023). Por esse motivo, a reflexão sobre os fatores aludidos pode

ser associada aos objetivos previstos no documento PQG, que representa a descrição das políticas educativas que consistem em melhorar as condições e o ambiente de aprendizagem para que os alunos concluam o ES e estejam preparados para continuar com os estudos e aceder ao mercado de trabalho (MOÇAMBIQUE, 2020b).

Nesses termos, o presente artigo discute a compreensão sobre a realidade da prática educativa escolar, respeitando o impacto dos currículos operacional e oculto em pleno processo de massificação e introdução de nova classe no ES. Os currículos em referência, ocorrem durante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas primárias que, recentemente, tiveram a prerrogativa de lecionar a 7ª classe, isto é, estudos com estatuto de nível secundário em Moçambique, segundo a Lei nº 18/2018, de 28 de dezembro do SNE (MOÇAMBIQUE, 2018).

Metodologicamente este trabalho é de cunho qualitativo, e a revisão bibliográfica e documental explica com profundidade a realidade vivenciada no processo de reforma do Ensino Secundário em Moçambique. A abordagem qualitativa utilizada neste artigo tem o propósito de amparar a subjetividade presente ao longo do nosso debate e empreender explicações sobre a realidade observada e abordada pela bibliografia utilizada no texto. Além de revisão bibliográfica, fizemos consulta documental sobre a legislação moçambicana relativa à educação e normativas da viabilização do PEA, sobretudo do nível básico.

Ao discutir os currículos operacional e oculto, abordando seus impactos na aprendizagem dos alunos, em plenas necessidades políticas do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) de expandir e massificar os serviços do nível básico, estamos a propor a pertinência de se acautelar alguns elementos fundamentais no PEA, que podem viabilizar os objetivos do PQG, sobretudo os do ES em Moçambique.

Na discussão deste trabalho reflexivo, despertamos e destacamos a pertinência de uma equidade nos investimentos do SNE durante a efetivação das suas políticas educativas. As condições básicas no sistema de ensino moçambicano possibilitam que o PEA seja quantitativo de igual modo para todas as escolas secundárias no país, ou mais qualitativo para as escolas que lecionam turmas de Ensino Secundário pela primeira vez.

No texto fazemos uma introspeção sobre as alternativas e soluções para os permanentes desafios de investimento nas condições de operacionalização curricular, sobretudo as condições de trabalho dos professores, a educabilidade dos alunos, infraestruturas como bibliotecas apetrechadas, e promoção de atividades de interesse dos adolescentes em uma faixa etária difícil no ciclo de aprendizagem do nível do ES.

2 CONCEITOS BÁSICOS SOBRE ENSINO SECUNDÁRIO, CURRÍCULO E QUALIDADE DE ENSINO

Antes de iniciarmos com o nosso debate, cabe pontuarmos alguns conceitos e características que corporizam este artigo como palavras-chave. Assim, iremos assinalar o Ensino Secundário e daremos o conceito de currículo, caracterizando os currículos operacional e oculto, pois são os mais destacados nesta reflexão. E finalmente apresentaremos os indicadores básicos de qualidade de ensino.

2.1 Ensino Secundário do Sistema Nacional de Educação em Moçambique

O ES constitui a fase intermédia dos estudos no SNE em Moçambique. Desse modo, trata-se de uma fase etária em que muitos adolescentes e jovens têm experimentado uma transformação de âmbito social, económico, físico e psicológico ou emocional. Assim, quando não são tomadas as precauções relativas à redução de fatores que influem nas aprendizagens dos alunos, pode-se levar ao absentismo ou evasão escolar. De modo a se acautelar esses pressupostos nos dias atuais, o Estado, através das suas políticas educativas, deve promover mecanismos que garantem a expansão e a massificação valorativa do ES, de maneira segura e atraente para os alunos, sobretudo nas regiões do país com maiores disparidades quanto aos indicadores das condições educativas.

Como se pode depreender, no artigo 13 da Lei n.º 18/2018, de 28 de dezembro, o Ensino Secundário, é o nível pós-primário em que se ampliam e se aprofundam os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para o aluno continuar os seus estudos e inserir-se na vida social e no mercado de trabalho (MOÇAMBIQUE, 2018). O ES do SNE em Moçambique compreende seis classes organizadas em dois ciclos de aprendizagem, onde temos: o 1º ciclo, da 7ª à 9ª classe, e o 2º ciclo, da 10ª à 12ª classe. O objetivo do ES é ampliar e aprofundar os conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para o aluno continuar os seus estudos e inserir-se na vida social e no mercado de trabalho. Por conseguinte, entre vários fatores a se considerar para o alcance desses objetivos, temos que destacar as condições variadas da escola, sobretudo a viabilização do currículo operacional e a adoção de concepções que reduzam o impacto do currículo oculto no PEA. Por isso, discutimos o lugar dos currículos operacional e oculto nas escolas recém-consideradas secundárias.

2.2 Definição de currículo

A palavra currículo etimologicamente deriva do termo *curriculum*, que significa território demarcado e regrado do conhecimento correspondente aos conteúdos de ensino. Trata-se de conteúdos lecionados nas escolas que os professores e centros de educação deveriam cobrir, ou seja, o plano de estudos proposto e imposto pela escola aos professores para que o ensinem e aos estudantes para que o aprendam (SACRISTÁN, 2020). O currículo estabelece e dá sentido ao compromisso com a formação dos alunos, principalmente para o exercício pleno da cidadania e o desenvolvimento da pessoa humana para um tipo de sociedade desejável (SILVA, 2009; VARELA, 2013).

As discussões sobre o currículo são tantas, mormente quando se fala de qualidade de ensino, porém nem sempre são acompanhadas por uma prática orientada para a resolução de problemas com que se defrontam as instituições educativas (PACHECO, 2001). No entanto, os fundamentos que compõem a definição do currículo estão necessariamente presentes na perspectiva de planificação sistêmica e ordenada dos objetivos, conteúdos e competências de aprendizagem. De outra forma, podemos dizer que a intencionalidade educativa (o currículo prescrito) do ES tem sido a implementação dos planos de aprendizagem, com a respetiva aferição dos resultados (o currículo implementado, experienciado e avaliado), sem maiores prioridades voltadas às condições, meios e fatores que impulsionam os alunos nas escolas.

O currículo tem uma dimensão profunda e autêntica que abrange todas as circunstâncias da história escolar, sociais, internas e externas ao aluno. Na nossa linha de análise, o currículo deve ser entendido como um conjunto de fatores que concorrem para o desenvolvimento pleno do ensino e da aprendizagem. É pertinente compreender que o currículo transcende a área técnica pedagógica, pois trata também de questões culturais, sociológicas, político-ideológicas, econômicas e epistemológicas (MOREIRA; SILVA, 2001). Entretanto, neste momento, interessam-nos conceitos do currículo que imprimem a difusão, a execução e as condições que direta ou indiretamente contribuem no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Debatemos o currículo não como sinônimo de programa de estudos, uma vez que o consistem conteúdos perfilados e planificados, aqueles formais e previamente prescritos em tempos letivos, unidades temáticas e níveis de aprendizagens. A realidade mostra que o currículo desejável não é o mesmo que se realiza na sala de aulas. Certamente, à luz do debate sobre esse tema, uma vez que pretendemos objetivar a discussão dos limites e

possibilidades do currículo operacional e oculto na qualidade de Ensino Básico, urge-nos definir alguns conceitos conexos ao de currículo. Nessa linha de análise, segundo Sengulane (2022), distinguimos os seguintes tipos de currículo: currículo prescrito (oficial, formal, escrito); currículo percebido; currículo avaliado; currículo experienciado; currículo operacional e currículo oculto. Como já dissemos durante a nossa reflexão, neste artigo abordaremos com mais profundidade os dois últimos tipos de currículo. Optamos por eles porque são mais determinantes ao ensino e aprendizagem dos alunos, portanto são elementos que devem ser observados durante a massificação e o alargamento da rede das escolas secundárias.

2.2.1 *Currículo operacional*

O currículo operacional é aquele que ocorre de fato na sala de aula, incluindo as condições que podem contribuir para criar a predisposição para a aprendizagem dos alunos. A fase do currículo operacional acontece num contexto de ensino, e as suas intenções educativas acontecem na prática pedagógica, no dia a dia do professor. Porém, nessa prática é necessário considerar alguns fatores, tais como as condições metodológicas, o ambiente físico presente no contexto da instituição e as possibilidades de atuação e autonomia docente (SENGULANE, 2022; SACRISTÁN, 2000). O currículo operacional é a prática do professor em sala de aula, os meios de que dispõe para o ensino e as condições de aprendizagem dos seus alunos. Trata-se do momento da operacionalização dos conteúdos programados no currículo nacional, visando alcançar os objetivos pedagógicos e suas metas, determinando até que ponto os conteúdos estão sendo assimilados pelos alunos.

O processo de operacionalização do currículo envolve decisões em contextos da sua implementação que se situam em dois níveis: o *nível meso*, em que já não se trata de enunciar ou prescrever o currículo para todo o sistema educativo, mas, sim, de o contextualizar a nível da escola, ou seja, de anunciar e conceitualizá-lo como currículo prescrito através do respetivo projeto curricular; e o *nível micro*, em que se dá a “operacionalização da aprendizagem” no contexto da sala de aula e das situações de aprendizagem, mediante as interações que têm lugar entre os professores e os alunos. Portanto, os pressupostos do currículo operacional discutidos nesta reflexão estão basicamente ligados ao projeto da preparação e operacionalização didática, e se relevam essencialmente indispensáveis do ponto de vista do contexto de implementação do currículo prescrito, em nível micro (VARELA, 2013).

2.2.2 *Currículo oculto*

Currículo oculto diz respeito aos fenômenos e processos mentais que ocorrem de modo implícito e contribuem para o sucesso ou o fracasso da aprendizagem dos alunos, ou seja, trata-se de uma modalidade de currículo que, mesmo não sendo visível ou perceptível, interfere no processo de ensino-aprendizagem. Apesar de não se constituir em uma teoria propriamente dita, o currículo oculto está presente de forma marcante no cotidiano dos processos educativos (SENGULANE, 2022). Segundo Silva (2009, p. 78), “o currículo oculto é constituído por aqueles aspetos do ambiente escolar que, sem fazerem parte do currículo oficial, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”. Assim, o currículo oculto é caracterizado pelas condições, ações, valores ou normas implícitas que permeiam as instituições escolares, tanto no ensino por parte do professor, quanto na aprendizagem por parte do aluno. Esses elementos, na realidade teórica e estrutural da administração da educação, são reconhecidos e devidamente normalizados, porém a sua implementação é quase inexistente por ser relegada ao esquecimento e não constituir-se como prioridade em todas as ações relativas ao ensino-aprendizagem.

Como se pode depreender a partir das definições e da contextualização dos distintos conceitos apresentados anteriormente, neste caso, o currículo operacional e o currículo oculto, tais elementos contribuem imensamente para a qualidade de ensino. Mas de que modo? Sabemos que são caracterizados por condições ambientais e infraestruturais, apoios e meios com que se contam na execução do currículo percebido. Estão nesse contexto os estados psicológicos dos alunos do dia a dia que influem na percepção da mensagem mediada pelo professor, chegando, em certos momentos, de forma correta e noutros de maneira equivocada (SENGULANE, 2022). Consequentemente, uma expansão e uma massificação do ES que não sejam acompanhadas pelas condições que concretizem com eficácia e eficiência esse nível de ensino podem comprometer a qualidade da educação, provocando como consequência, o adiamento de objetivos previamente traçados para o Ensino Básico.

2.3 Qualidade do ensino

A educação escolar é uma prática política e social sobre alunos, ocorrendo em espaços e momentos diferenciados, tendo por objetivo a formação integral dos sujeitos

para as boas práticas de cidadania e integração social e no trabalho. À vista disso, a efetivação do ensino depende de fatores sociais, humanos, econômicos, políticos, científicos, culturais e até individuais, integralizados em contextos de realização do processo educativo. Portanto, se esses elementos forem negligenciados devido a vários fatores, o ensino torna-se depreciável. Com certeza, relativamente à expansão e massificação do ES, política educacional promovida pelo SNE, é fundamental que tal iniciativa seja acompanhada por elementos indicadores de qualidade. Segundo o PEE 2020-2029, “a qualidade da educação é geralmente baixa, resultante de fatores de ordem conjuntural, aliado à fraca eficiência interna do sistema educacional” (MOÇAMBIQUE, 2020a, p. 28).

Partindo do princípio de que todos os elementos do processo educativo podem contribuir para a qualidade do ensino, neste artigo é fundamental que se entenda a melhoria da qualidade educacional como o alargamento de serviços escolares do ES. Assim, a expansão deve ser proporcional, equivalente à adaptabilidade e adequabilidade ao grau da implementação dos programas e às condições escolares e sociais para a realização do ensino. Fazem parte desse leque de fatores que podem impactar na aprendizagem cotidiana dos alunos, as dificuldades da partilha dos recursos de aprendizagem, o nível de satisfação dos intervenientes do processo, o reforço das qualificações, o empenho dos professores, o apetrechamento das instalações de ensino, entre outros. (SARAIVA; REIS; ROLDÃO, 2006).

No documento PEE 2020-2029, consta que a qualidade da aprendizagem depende da qualidade dos materiais didáticos, da língua de ensino, das práticas e das metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. Esses pressupostos consubstanciam-se no currículo oculto. Portanto, no contexto analisado, a qualidade de ensino passa por pressupostos importantes das dimensões extrínsecas (extraescolares) e intrínsecas (intraescolares). Essas dimensões, quando entendidas de maneira articulada, incorporam a definição, compreensão e análise da situação escolar e dizem respeito às múltiplas determinações e possibilidades de superação dos currículos operacional e oculto, isto é, dos fatores que afetam o ensino e a aprendizagem dos alunos no ambiente escolar.

2.4 Expansão e massificação do ensino secundário: impacto dos currículos operacional e oculto na qualidade do ensino

A expansão e a massificação do ES em Moçambique constituem concretização de parte das políticas educativas pelo governo, portanto essa corrida de tornar os estudos secundários mais próximos às comunidades no país é parte da reforma do SNE. Recentemente, com a entrada em vigor da Lei n.º 18/2018, de 28 de dezembro de 2018, o governo investiu na expansão do ES, contudo ainda há dificuldades de colocar em prática esse desiderato. De certo modo, é aceitável que um país subdesenvolvido como Moçambique e recém-independente, isto é, 48 anos livre do regime colonial português, esteja numa fase tão embrionária e deficitária para providenciar uma educação para todos. Mesmo assim, uma educação de qualidade é resultado de um ciclo composto de fatores tais como infraestruturas adequadas, quantidade de professores devidamente qualificados e satisfeitos profissionalmente, ambientes de aprendizagem que proporcionem a adequada ocorrência do currículo percebido e existência de praticidade política e flexibilização legislativa em ações práticas.

Geralmente, em Moçambique, sobretudo nas zonas rurais, a expansão do Ensino Secundário caracteriza-se pelo recurso às infraestruturas das escolas do Ensino Primário, que, na maioria, são precárias. A classe de estudos iniciais do Ensino Secundário tem funcionado em algumas escolas primárias estrategicamente localizadas no nível da divisão administrativa e política do país. A realidade é que instituições de Ensino Primário foram recém-promovidas para atuarem com algumas classes do Ensino Secundário, obviamente, em primeira instância como turmas anexas a essas escolas, mas sob gestão administrativa de outras unidades educacionais que ensinam exclusivamente o nível de Ensino Secundário. Essa estratégia tem beneficiado muitas comunidades das localidades dos Distritos em Moçambique, visto que reduzem a distância que os alunos das zonas rurais percorrem a pé por dia para dar continuidade aos estudos secundários.

Na maioria das vezes, usam-se as mesmas instalações infraestruturais e uma parte dos professores de onde alguns alunos concluíram o Ensino Primário. Mediante o aumento do efetivo escolar, a nossa experiência revela que os pais e encarregados dos alunos, sob liderança do conselho da escola, têm contribuído em valores e meios por eles determinados para a construção de salas de aulas melhoradas para o Ensino Secundário. A intervenção de Organizações Não Governamentais parceiras do governo de Moçambique tem ajudado bastante na construção parcial de infraestruturas, cabendo ao Ministério da Educação a alocação de professores qualificados e meios de ensino

necessários. É verdade que, em caso de défices para a viabilização de outros projetos no processo educativo, o Estado permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas. Em algum momento, essas entidades privadas ou agências internacionais financiam a construção e apetrechamento de salas de aulas condignas, aliviando dessa forma o Orçamento do Estado no acondicionamento de fatores que implicam no afrouxamento do currículo operacional. Infelizmente, essa intervenção tem tardado a acontecer. Assim, as pequenas ações não têm ocorrido em simultâneo com as propostas de expansão desse nível de ensino. Desse modo, verificam-se impactos substanciais na aprendizagem dos alunos. As dificuldades cingem-se às condições educativas, isto é, às circunstâncias que tornam expansível e educativamente possível o ES.

Como pode se perceber, segundo o Plano Estratégico da Educação 2020-2029, a demanda no ES ultrapassa a oferta de escolas e salas de aula, sobretudo nas condições dos edifícios para acolher níveis como ES. O problema da distância entre a casa e a escola persiste, como aponta o PEE 2020-2029 “a distância casa-escola continua grande, chegando a ultrapassar os 40 quilómetros, e os custos para a frequência do ES (livros, transporte, matrícula e inscrição) são insustentáveis para a maioria das famílias” (MOÇAMBIQUE, 2020a, p. 85). Portanto, esses são alguns dos fatores que contribuem para a operacionalização do currículo.

A questão que descrevemos sobre o novo figurino ou estrutura do ES em Moçambique, principalmente nas zonas rurais, põe em evidência a necessidade da qualificação das escolas primárias. Mediante algumas condições supostamente básicas, algumas salas e gestores das escolas primárias eleitas acolhem as turmas do Ensino Secundário, o que pode ser um fator determinante para a qualidade de ensino, ocorrendo em forma de currículo oculto e interferindo no processo de ensino e aprendizagem.

Como foi devidamente explicado, acontece que outros alunos dessa Zona de Influência Pedagógica (ZIP) ou administrativa percorrem longas distâncias para participar das aulas, percurso que, na maioria das vezes, é feito a pé. Isso, por um lado, pode causar insatisfação do aluno, devido ao fato de estar na mesma escola onde concluiu o nível anterior. Por outro, pode causar desinteresse e evasão escolar devido ao desespero dos estudantes em não poderem conhecer novos ambientes e contextos. Esses fatores podem influenciar bastante na aprendizagem dos alunos, tornando-se currículo oculto.

Um outro fator determinante é o ensino feito a partir de aulas orientadas pelos professores das escolas primárias, eleitas ou qualificadas para assegurarem as turmas do Ensino Secundário. Nesse contexto, alguns professores asseguram as disciplinas

ligeiramente genéricas e as específicas ficam à própria sorte, isto é, sem professores. No nosso entender, qualquer matéria ou conteúdo precisa de um professor devidamente especializado para ensinar em contextos de aprendizagem. Por conseguinte, isso implica uma expansão do Ensino Básico que deve ser acompanhada de condições profissionais. Para reduzir a taxa da baixa qualidade de ensino no nível secundário do SNE, é preciso que as bases da atuação docente sejam lealmente normalizadas e cumpridas na íntegra. Esse princípio visa legitimar e fortificar a funcionalidade das estratégias encontradas, em meio às dificuldades econômicas e sociais que assolam Moçambique.

O fato de o país ter sido atingido, em anos seguidos, por desastres naturais (ciclones) e atos de terrorismo (insurgências) levam a nação a considerar os projetos da educação como não prioritários. Quando assim não ocorre, pode influenciar e determinar o desempenho do aluno, contribuindo como um elemento do currículo operacional, que é parte dos fatores de viabilização do processo de ensino e aprendizagem, tanto que pode influenciar na fragilidade da aprendizagem, assim como na qualidade cognitiva dos alunos. Dessa forma, quando esses fatores se associam a outros, tais como dificuldades de acesso à escola, insuficiência de meios de aprendizagem e situações socioculturais precárias, afetando, assim, as atividades mentais dos intervenientes do ensino e aprendizagem durante o processo, a situação transforma-se em currículo oculto.

Desse modo, os currículos operacional e oculto são elementos que precisam ser acautelados no Ensino Secundário, principalmente durante a expansão nas localidades, sob pena de se tornar inviável o currículo oficial. Frequentemente, o que acontece na avaliação da qualidade do ensino é a utilização de indicadores mensuráveis ou qualitativos no trabalho feito na escola. Certamente, o critério qualitativo tem ajudado na coleta de dados necessários para aferição de alguns elementos voltados aos objetivos pretendidos pelas políticas educativas. Mesmo assim, temos observado nas escolas secundárias maior interesse em aferir apenas os quantitativos de alunos – preocupação que leva o discente, o objeto primordial do ensino, a deixar de ser o cerne da questão do fazer educativo, passando a ser mais um dado estatístico que compõe a estrutura seriada da classe e os relatórios exigidos em cada fim de período letivo (ARROYO, 2011). Assim, acreditamos que a avaliação da eficácia curricular e a obtenção de informações sobre o estágio no qual o ensino se encontra nunca devem ser ações feitas básica e exclusivamente no início do ano letivo e, no processo de avaliação de fim de cada período de estudos, mas, deve-se sim, incluir os indicadores dos currículos operacional e oculto.

Ora, captando a realidade das escolas de Ensino Secundário em Moçambique, através de relatórios de pesquisas, imprensa e observação direta do que acontece

durante o processo de ensino e aprendizagem, percebe-se que a qualidade de educação é ainda insignificante e desprestigiada. A partir desses meios, verifica-se, por exemplo, a existência de crianças, adolescentes e jovens concluindo as várias fases da escolarização sem mudança perceptível na qualidade das aprendizagens, tanto na formação geral quanto na específica dos alunos.

O outro especto que não se pode ignorar, tem a ver com casos desvendados pela imprensa, revelando algumas fragilidades emergentes do contexto político-social de Moçambique, falamos concretamente dos desafios significativos, relacionados ao uso de drogas nas escolas, inobservância de mecanismos de redução da discriminação social e alta taxa de evasão escolar. É claro que a abordagem dessas questões exigirá esforços conjuntos por parte do governo, instituições escolares, comunidades e organizações da sociedade civil, visando promover uma educação mais inclusiva e igualitária para todos os moçambicanos.

Enfim, como consequência, geram-se dificuldades de inserção dos alunos na vida social e no mercado de trabalho. Nesse aspecto, o Estado Moçambicano tem a responsabilidade de formular políticas educativas abrangentes, investir em infraestruturas e recursos, formar professores, promover parcerias para emprego e monitorar o Sistema Nacional de Educação a fim de abordar a problemática de inserção dos alunos na vida social, no mercado de trabalho e melhorar a qualidade do ensino secundário. Todas essas medidas são essenciais para garantir a qualidade do ensino

A reestruturação do SNE, sobretudo no ES, deveria ser devidamente acompanhada por intervenções e adaptações da situação física e ecossistêmica das infraestruturas e da acessibilidade, resultando na adoção de mediadas inovadoras que captassem o interesse dos jovens, de modo a impulsionar o currículo operacional e tornar o currículo oculto mais próximo do ideal.

A qualidade da aprendizagem dos alunos depende da qualidade do desempenho profissional do professor ao perfazer o currículo operacional. Por outro lado, as deficiências na formação específica dos professores podem impactar no currículo operacional. Com vistas ao acautelamento de fracassos no ensino de conteúdos específicos pelos professores, é fundamental que a expansão do Ensino Secundário seja acompanhada da alocação dos docentes devidamente formados. Assim, evitar-se-ia que alguns professores mal preparados enfrentassem dificuldades de lidar com novos problemas sociais e psicológicos dos alunos (LIBÂNEO, 2002). Esses fatores do currículo oculto concorrem para retrain os alunos que já carregam consigo problemas sociais, tais como fome, responsabilidades, cansaço, desconhecimento da importância da escola, desemprego e

migração. Por isso, a expansão e a massificação do ES deveriam ser acompanhadas pela adequação das condições de trabalho, investimento na formação específica de professores, oferta de salários condignos, requalificações profissionais dos docentes e garantia de estruturas de coordenação e de acompanhamento pedagógico. Quanto aos profissionais, o currículo oculto seria equiparado à insatisfação que apresentam, podendo influenciar na execução do currículo percebido, que não estaria de acordo com as necessidades dos alunos.

A realidade nos mostra que, quanto mais no ES se adotam novidades organizacionais, pedagógicas e curriculares, mais parece se estar perdendo o sentido dos objetivos prioritários da escola. O Plano Estratégico de Educação de Moçambique mostra como os indicadores que assegurariam a qualidade do ensino secundário os quantitativos de alunos por escola, o número de alunos por turma e a quantidade de professores disponíveis para lecionar (MOÇAMBIQUE, 2020a). Entretanto, a qualidade almejada durante a expansão e a massificação do ES deve ir além das quantidades de alunos e professores: é fundamental que sejam observados adequadamente mais pressupostos que impactam no currículo operacional e perfazem o currículo oculto. Com apoio nas discussões de Dourado; Oliveira e Santos (2007), em trabalho sobre a qualidade da educação, conceitos e definições, podemos destacar níveis de algumas dimensões extraescolares e intraescolares que implicitamente implicam na qualidade de ensino, de tal forma que, quando não observados, consubstanciam-se nos currículos operacional e oculto.

3 INFORMAÇÕES

3.1 Nível de sistema: condições de oferta do ensino

O nível do sistema, os fatores determinantes do currículo operacional que precisam ser acautelados durante a expansão e a massificação do ES, que por sua vez possam assegurar a qualidade de ensino, é o condicionamento do ambiente escolar. Tal condicionamento consiste na criação de espaços físicos e equipamentos apropriados e resistentes para várias práticas educativas, realizações de âmbito de socialização acadêmica, lazer, recreação, tecnológicas, sociais e culturais, assim como para atender ao trabalho pedagógico e à quantidade de alunos existentes na escola. É importante também acautelar os serviços de apoio e orientação aos estudantes e as condições de acessibilidade e atendimento para os portadores de necessidades especiais, além de

garantir a adoção de condições de segurança para os alunos, professores, funcionários, pais e comunidade em geral, de modo a contribuir para uma cultura de paz e unidade nacional na escola.

3.2 Nível de escola: gestão e organização do trabalho escolar

No que tange ao contexto escolar, durante o alargamento e a massificação do ES, é preciso que os aspetos operacionais do currículo sejam assegurados desta forma: organização do trabalho escolar compatível com os objetivos educativos estabelecidos pela instituição de modo que os alunos sintam a necessidade e a importância das aprendizagens para o seu quotidiano e a sua vida. É preciso que as escolas criem mecanismos adequados de formação, informação e de comunicação entre todos os segmentos da escola, sobretudo na aplicação das normas. A aplicação indevida e não ponderada das normas e regulamentos pode impactar sobremaneira no currículo oculto dos alunos, sobretudo quando houver descoordenação no âmbito de reação a qualquer dificuldade social, econômica, cultural, política, religiosa ou familiar. A escola precisa promover mecanismos de integração e de participação dos diferentes grupos sociais, religiosos, étnicos e pessoais nas atividades e espaços escolares. Os gestores devem ser corretos e adequados, dispor de capacidades de assumir as diferenças sociais, culturais e econômicas e de serem proativos na sua superação. A escola deve ter a disponibilidade de docentes comprometidos, que atuem sobre o aluno de forma harmoniosa em todas as atividades curriculares e específicas, e que promovam métodos pedagógicos apropriados ao desenvolvimento dos conteúdos. A escola deve adotar processos avaliativos voltados para a identificação, monitoramento e solução dos problemas de aprendizagem e que atraiam cada vez mais os alunos, evitando a evasão ou absentismo dos discentes nas aprendizagens de disciplinas consideradas difíceis, como Matemática e Desenho Geométrico.

3.3 Nível do professor: formação, profissionalização e ação pedagógica

Os professores são muito determinantes no currículo operacional e contribuem substancialmente no currículo oculto. Portanto, é fundamental que o ES seja expandido mediante prévia eleição e promoção do perfil docente desejável, relativamente à qualificação adequada ao exercício profissional e ao vínculo efetivo de trabalho. Deve-se atuar na valorização da experiência docente, estimulada pela participação em políticas

de formação e valorização do pessoal docente. É necessário também oferecer um ambiente profícuo ao estabelecimento de relações interpessoais que valorizem atitudes e práticas educativas, contribuindo para a motivação, solidariedade no trabalho e atenção no atendimento aos alunos no ambiente escolar. Portanto, a postura ideal que define a relação entre alunos e docentes é de extrema importância para o cotidiano do aluno.

3.4 Nível social: acesso, permanência e desempenho escolar

A sociedade ou a comunidade deve encerrar a expansão e a massificação do ES como um bem social. As lideranças comunitárias e políticas devem estar engajadas nas mediadas de promoção do espírito e da cultura de acesso e permanência de alunos na escola, pois isso estimula psicologicamente os discentes e os professores. Os pais e encarregados, líderes comunitários, religiosos e associações de diversas ordens devem ser promotores da percepção positiva pelos alunos relativamente ao processo de ensino-aprendizagem. O aluno deve encerrar o projeto e as condições educativas como meio de sucesso no tocante ao progresso social e à trajetória acadêmica e profissional. Ao considerar uma nova visão positiva e promissora da importância de acesso ao ES de qualidade, os pais e estudantes criam expectativas que dinamizam o PEA de qualidade.

Os fatores abordados nos níveis acima descritos são complementares e necessários na promoção de qualidade de ensino, portanto, se bem planejados e devidamente implementados, estimulam o currículo operacional e promovem positivamente o currículo oculto. Consequentemente, podem trazer sucessos no alcance dos objetivos preestabelecidos no ES, concorrendo para boa qualidade de ensino. Acreditamos que o projeto da política educativa em Moçambique é adequado e otimista, falhando na implementação ou nas ações práticas, pois requer um investimento numa situação em que o país resente de instabilidade econômica.

4 INFORMAÇÕES

Mediante as análises feitas, notamos que a Qualidade de Ensino Secundário, enquanto prescrição e objetos administrativos e políticos, tem substancialmente menor importância na sua operacionalização pedagógica, relativamente a quantificações educativas. A partir do momento em que se dá mais ênfase e se promovem avanços substanciais na alocação e massificação do Ensino Secundário em condições significativamente reduzidas, ocorre uma contradição em relação às prescrições

normativas. Durante a criação de novos estabelecimentos de Ensino Secundário, a inobservância das infraestruturas sociais e escolares, da atenção à diversidade de saberes e culturas, e da valorização dos pressupostos e condições de educabilidade compromete direta ou indiretamente a qualidade da aprendizagem dos alunos.

As questões levantadas neste artigo em parte são reconhecidas pelo governo e constam do Plano Estratégico da Educação, onde se destaca a fraca qualidade do Ensino Secundário, porém as ações para superar tal situação são ainda incipientes. As consequências da má qualidade no Ensino Secundário contribuem para a reduzida eficiência externa e para a baixa relevância de estudos desse nível para responder às necessidades do mercado de trabalho.

Com toda a primazia, a qualidade é promovida pela educabilidade, uma das condições que ajudam a se superarem os currículos operacional e oculto. Essas condições devem estimular os alunos às aprendizagens. A expansão do ES deve ser acompanhada pela promoção de um ambiente agradável e saudável, de modo a proporcionar aos alunos socialização, convivência com a diversidade, e sentimentos de segurança e acolhimento nas escolas.

Toda essa teia de relações na massificação do ES e na busca pela qualidade no ensino é fortalecida por condições como assiduidade dos professores, quantidade equilibrada de alunos por turma, ambientes de aprendizagem condignos e promoção de ações sociais que despertem o interesse dos alunos para o aprendizado, elementos que representam os condicionadores do currículo operacional. Também é necessário destacar, nesse sentido, a importância de outros fatores, a exemplo das satisfações sociais e profissionais dos professores, a provisão de infraestruturas e equipamentos escolares inclusivos, a melhoria dos ambientes escolares, a disponibilidade de água, saneamento e mobiliários adequados para todos os alunos e resilientes aos efeitos dos desastres naturais. É preciso ainda que a expansão e a massificação sejam acompanhadas pela introdução de programas de apoio social, de saúde e de medidas de incentivo às demandas da educação. Essas ações devem envolver os professores, a escola, as famílias e a comunidade, sendo certo que esses fatores são o núcleo primordial que está enfraquecido no SNE.

A educação, sobretudo o ES, está perdendo o seu sentido, deixando de ser um processo de aperfeiçoamento, interiorização e promoção de sentimentos de paz, unidade, socialização e desenvolvimento humano para a inserção na vida social e no mercado de trabalho. Todavia, na prática ainda há muito por se fazer, porque, nesse nó, o currículo operacional pode aliviar o currículo oculto, que também pode impactar na qualidade do

ensino. Desse modo, na realidade que se pode observar no SNE, notam-se uma intenção e uma tensão dinamicamente orientadas para o aumento gradativo do nível de ingresso e da expansão do Ensino Básico, porém há ainda um fosso enorme de carência de indicadores que permitam isonomia tanto na quantidade quanto na qualidade do ES, visto que o currículo operacional se mostra ainda distante de acompanhar o ritmo inicialmente preconizado como objetivo do ES. Consequentemente, o governo corre o risco de empreender um investimento unilateral, desequilibrado e comprometedor da qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. D. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2007. (Série Documental: Textos para Discussão).

LIBÂNEO, J. C. Produção de saberes na escola. *In*: CANDAU, V. M. (org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MANDLATE, Celso Daniel. **Formação e atuação de professores no ensino secundário do sistema nacional de educação: o período pós-colonial em Moçambique**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 18, de 28 de dezembro de 2018. Revisão da Lei sobre o Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República**, Maputo, n. 3748, 1ª série, capítulo 1º, p. 20-325, 28 de dez. 2018. Disponível em: <https://mept.org.mz/wp-content/uploads/2020/02/Lei-n%C2%BA-18-2018-28-Dezembro-SNE.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH). **Plano Estratégico da Educação 2020-2029**. Maputo: Diplac, 2020a. Disponível em: <https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/default/files/ressources/2020-22-mozambique-esp.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MOÇAMBIQUE. **Programa Quinquenal do Governo: 2020-2024**. Maputo: Governo de Moçambique, 2020b. Disponível em: http://www.ts.gov.mz/images/PQG_2020.2024_Versao_AR_02042020-min.pdf. Acesso em: 19 abr. 2023.

MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, J.A. **Currículo: teoria e práxis**. Porto: Porto Editora, 2001.

SACRISTÁN, G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SARAIVA, M.; REIS, E; ROLDÃO, V. **Conceituar a qualidade de ensino**: uma aplicação prática no ISCTE e na Universidade de Évora. Évora: EU, 2006.

SENGULANE, H. **Teoria de currículo**. Chongoene: Unisave, 2022.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VARELA, B. L. **O currículo e o desenvolvimento curricular**: concepções, práxis e tendências. Praia: Edições Unicp, 2013.